

## **Servidores públicos resistem a todos os governos que atacam direitos; enfrentamento a Temer exige ampla unidade e mobilização**

1. Os servidores públicos federais têm enfrentado com muito esforço os ataques a direitos nesses últimos 20 anos, desde FHC (1995-2002), passando pelos governos do PT (2003-2016), até o atual governo Temer, que ascendeu após o impedimento de Dilma e é sustentado por grande parte da base do governo anterior, aprofundando os cortes e patrocinando ataques sem precedentes aos servidores e aos serviços públicos.
2. O governo FHC e o Congresso Nacional aprovaram no dia 11 de fevereiro de 1998 a Reforma da Previdência (PEC 33), substituindo o tempo de serviço pelo tempo de contribuição e o limite de idade para a aposentadoria integral (53 anos para homens e 48 para mulheres), além de aumentar a idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores do setor privado (60 anos para homens e 55 para mulheres). Os trabalhadores reagiram e ocuparam o plenário da câmara no dia 5 de fevereiro, porém não conseguiram evitar a votação do texto. Outros pontos, como o teto para os benefícios e cobrança previdenciária para aposentados, o governo não conseguiu inserir no projeto (depois reapresentados pelo governo Lula).
3. Também foi FHC que em seus mandatos retirou 56 direitos do Regime Jurídico Único dos Servidores (EC 19/98 e outras medidas), apesar de um forte enfrentamento pelos servidores, que fizeram atos, manifestações e uma greve de mais de cem dias em 1998 contra as Reformas da Previdência e Administrativa.
4. Já em 2003, o governo Lula (PT) consegue aprovar a Reforma da Previdência dos sonhos do PSDB, instituindo a taxação aos aposentados, alterando mais uma vez e para ainda pior as regras da aposentadoria e abrindo o caminho para a privatização da previdência pública (sacramentada por Dilma). Mesmo com o boicote da burocracia da CUT que defendia e blindava o governo, os servidores fizeram uma greve e levaram mais de 100 mil para Brasília (marcha dos cem mil). Porém, durante a madrugada, antes da chegada da marcha, governo e congresso aprovaram, na calada da noite, a reforma.
5. Posteriormente, os servidores encamparam lutas importantes contra o PLP 92/2007, que prevê a criação de fundações para gerir os serviços públicos e que teve pedidos de urgência apresentados pelos líderes de PT e PMDB; contra o PLP 248/98 que prevê o fim da estabilidade dos servidores públicos, apresentado no governo FHC e sobreviveu nos governos do PT e permanece como ameaça; ao qual soma-se o PLS 116/2017, que pretende acabar com a estabilidade sob pretexto de insuficiência de desempenho, que já tem parecer favorável na CCJ do Senado; entre outros projetos de ataque aos servidores e serviços públicos.
6. Apesar da forte reação dos setores ligados à educação, foi imposta durante o governo petista a privatização na prática dos hospitais universitários, com a criação da Ebserh, empresa de direito privado.
7. Também houve luta contra o regime de previdência complementar aos servidores, imposto por Dilma como sequência da reforma da Previdência de 2003. O Funpresp entrega ao mercado a previdência e leva insegurança aos novos servidores, que, para ter aposentadoria acima do teto do RGPS, devem aderir ao fundo de contribuição definida (sem saber o que se receberá no futuro).
8. Visando acabar com a previdência pública e na tônica do iniciado por governos petistas, hoje dez estados impõem aos servidores a previdência complementar: Rio

Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rondônia, limitando a aposentadoria desses servidores ao teto do INSS, e não ao que receberam durante suas vidas de trabalho.

9. Há projetos de leis para criação em Santa Catarina, Distrito Federal, Pará e Sergipe e novos planos em estudos em Goiás e Rio Grande do Norte. Os governadores do nordeste dizem que, caso seja aprovada reforma da previdência de Temer (PEC 287), irão implementar a previdência complementar em seus estados.
10. Destacamos que os servidores estaduais hoje enfrentam o PLP 257/2016, encaminhado pela Dilma e sancionado por Temer (LC 156/16), que é prenúncio de ataques aos servidores federais e ao conjunto da classe trabalhadora. É um “plano de renegociação” de dívidas dos estados com a União. Caso o estado adira, deve efetivar um plano com a retirada de uma série de direitos de servidores e diminuição da capacidade de atendimento à população. Destacamos algumas características desse projeto: não realizar concursos públicos; instituir previdência complementar aos estados, nos moldes do Funpresp; aumentar a contribuição previdenciária dos trabalhadores de 11% para 14%; reformar os regimes jurídicos dos servidores estaduais para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União; as despesas com terceirizados passam a contar como despesa de pessoal, deixando de ser verba de custeio; e ainda abaixo o limite prudencial de gastos com despesa de pessoal em 10%, ou seja, deve-se gastar ainda menos com servidores estaduais.
11. Assim, combinam-se de maneira desigual os ataques a servidores federais, estaduais e municipais, com o objetivo de retirar direitos para economizar recursos e destiná-los ao pagamento da dívida pública.
12. Diante desses ataques aos serviços públicos e a classe trabalhadora, segundo o Dieese, ocorreu um aumento do número de greves a partir de 2008. Em 2012 tivemos um ano com uma grande ampliação deste número, chegando ao patamar de 2050 greves (maior registro, desde 1997), sendo que, segundo o departamento intersindical, no setor público, incluindo os federais, 74% destas greves foram de caráter defensivo, demonstrando uma insatisfação e forte embate da classe contra os governos, a partir da retirada de direitos e/ou descumprimento dos direitos garantidos/acordados. Abre-se um cenário de ruptura com o governo do PT, que implementa a nível federal esses ataques, e avança com a explosão das mobilizações que ocorreram nas jornadas de junho de 2013.
13. Ainda em 2012, os servidores realizaram uma das maiores greves da história do setor, com duração de mais de 3 meses em diferentes categorias, que terminou com um índice de 15,8%, escalonado em três anos e outras pautas específicas das várias categorias em greve. Foi uma greve que enfrentou com muita força o governo Dilma, que apresentou um reajuste zero e a negativa de negociar com grevistas. Porém, com a força da greve e a queda dos índices de popularidade (a até 10% em algumas capitais), o governo teve de recuar e colocar no orçamento 12,5 bilhões/ano até 2015, além de outras pautas de acordo.
14. Em 2015 os servidores voltam novamente às ruas em uma nova greve contra os cortes de verbas no serviço público, reposição das perdas inflacionárias, pela negociação coletiva no serviço público (Convenção 151 da OIT), entre outras demandas. Apesar de algumas categorias não terem concordado com os acordos, como Andes e Sinasefe, mais uma vez o governo teve que recuar em sua política de congelamento salarial e de benefícios, fechando um pauta de reajuste até 2017 (algumas outras categorias, como Judiciário e MPU, até 2019), reajuste de benefícios e outras pautas específicas de como melhorias na progressão de carreiras, incorporação de gratificações de desempenho em aposentadorias, entre outras.

15. No ano de 2016, que ainda segundo o Dieese também foi um ano de muitas lutas, com 2093 greves, houve mobilização contra a PEC 241 (55), do governo Temer, que cria um novo regime fiscal no país, congelando por 20 anos as despesas primárias (educação, saúde, moradia, reforma agrária, previdência etc.) e ampliando os gastos com as despesas financeiras (pagamento da dívida pública). Ocorreram dois importantes atos em Brasília, nos dias 29 de novembro (mais de 40 mil pessoas) e 13 de dezembro, com expressiva participação de estudantes que ocuparam as escolas por todo o país contra a Reforma do Ensino Médio, a PEC 55 e Projeto de Lei da Mordaza. Ocorreu uma forte repressão policial e prisão de vários manifestantes durante os atos. Infelizmente, as grandes centrais sindicais não colocaram peso nas manifestações, tirando o foco da luta contra a PEC 55. Naquele dia, o Congresso votou a PEC, e promulgou a EC 95/16 no dia 15 de dezembro.
16. O enfrentamento ao governo Temer impõe um grande desafio aos trabalhadores, por representar o aprofundamento de um projeto de precarização e desmonte do serviço público, sem precedentes, que visa reorganizar em outras bases a economia e o Estado brasileiro.
17. Os servidores estiveram no ano de 2017 na trincheira contra a aprovação das Reformas da Previdência e Trabalhista do governo Temer, ensaiadas nos governos anteriores. Participaram ativamente das jornadas de março (8 e 15), da Greve Geral de 28/4, Ocupa Brasília em 24/5 e na segunda greve geral do dia 30/6; mobilizações e paralisações que foram fatores relevantes para frear a tramitação da Reforma da Previdência, mas que, infelizmente, também em razão do recuo das burocracias dirigentes das maiores centrais em construir uma greve ainda maior em 30/6, não foi suficiente para evitar a aprovação da Reforma Trabalhista. É fundamental fortalecer a unidade e as lutas dentro do serviço público e fora dele.

### **Judiciário Federal e MPU: a mesma realidade**

18. A realidade no Judiciário Federal e MPU não é diferente do que se passa no serviço público em geral, e as medidas adotadas fazem parte de um mesmo contexto e de um mesmo projeto. Congelamento e cortes orçamentários; congelamento de benefícios; precarização das condições materiais e estruturais de trabalho; terceirização e reforma trabalhista; vedação da criação de novos cargos; restrição de concursos e de nomeações para reposição de servidores; desvio de função; remoções arbitrárias; política de metas do CNJ e resoluções nela baseadas (por exemplo a resolução 219, que não leva em conta a realidade do trabalho); rezoneamento eleitoral; trabalho extraordinário recorrente e sem remuneração; aumento do assédio moral. Essas são algumas das medidas em curso e que demandam organização e mobilização da categoria.
19. A reposição salarial conquistada no ano passado, apesar de muito aquém da necessária e reivindicada, somente foi possível em razão de uma grande mobilização que se materializou na maior greve nacional já realizada pela categoria, em 2015. O saldo daquela mobilização foi determinante para superar a política de congelamento salarial e para que os servidores do Judiciário Federal e MPU tivessem aprovados os seus reajustes, entre as primeiras categorias, antes mesmo de outras que haviam fechado acordos anteriormente com o governo.
20. E é com esse exemplo que devemos fortalecer a organização e a mobilização em defesa de nossos direitos, da valorização da nossa carreira e por melhores condições de trabalho, com a unidade necessária dentro e fora da categoria.